

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR	460

CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG

Felipe Marinho Duarte

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador e colaborador do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Econômica e História Regional Comparada - GEPECOM. Contato: fduarte85@hotmail.com

O presente artigo busca apresentar algumas observações historiográficas sobre o processo de modernização capitalista na Zona da Mata mineira, em particular de Juiz de Fora. Esta cidade tornou-se ao longo do século XIX um centro de referência urbana para a região, condição que é preservada até os dias de hoje. O desenvolvimento econômico regional proporcionou a institucionalização do mercado de capital local, que se relaciona diretamente com a formação de uma “sociedade urbana”.

Henri Lefebvre observar o quanto é ambíguo o termo “sociedade urbana”, podendo ser empregado para designar qualquer cidade, independentemente das suas orientações culturais, políticas ou econômicas, nem mesmo sendo mensurado seu tamanho

ou ritmo de crescimento. Contudo, a utilização do termo “sociedade urbana” nesta pesquisa é decorrente da própria ambigüidade sobre o qual ele é apresentado, pois desta maneira torna-se mais precisa a compreensão do processo inflexão do agrário para o urbano¹.

Minas Gerais possui um caso exemplar a este respeito. O movimento de organização dos seus núcleos urbanos, tomando-se a relação campo-cidade, tem sentido oposto nos séculos XVIII e XIX. Nas regiões centrais da Província onde a atividade mineradora foi economicamente predominante à urbanização antecedeu a “criação” da rural, já no século Dezenove, em especial na Zona da Mata, o desenvolvimento da produção cafeeira foi o impulso econômico que possibilitou a formação de várias cidades na região durante a segunda metade do século XIX e início do XX².

Não obstante, a dinâmica financeira assumida pelas relações creditícias urbanas na Zona Mata pode ser entendida como resultados dos efeitos em cadeia proporcionados pela produção extensiva de um produto primário (*staple*)³. Neste sentido, a produção cafeeira

1 LEVEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.15.

2 CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. p. 10.

3 HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 36.

foi em grande parte responsável pelo desenvolvimento dos setores de serviços públicos e privados e posteriormente das indústrias que existiram em Juiz de Fora.

As observações contidas no presente artigo foram desenvolvidas com o propósito de apresentar algumas possíveis relações econômicas entre o Crédito Público municipal e a expansão urbana de Juiz de Fora, consolidada através da institucionalização mercado financeiro regional. Segundo parte da historiografia sobre Juiz de Fora, que estuda o processo de desenvolvimento urbano-industrial da cidade, observa que sua modernização capitalista começa a ser delineada a partir de meados do século XIX e está intimamente relacionada com o cultivo do café. A produção desta *commodity* permitiu uma significativa acumulação de capital, gerando condições materiais para realização de obras infraestruturais. Dentre elas se destaca a integração ferroviária do município a uma das principais ferrovias do país⁴, responsável por escoar quase que a totalidade da produção cafeeira da região.

Concluído o movimento de expansão e aperfeiçoamento do sistema de transporte estavam criados os principais instrumentos para que o desenvolvimento e a dinâmica do núcleo agroexportador da Mata viesse a se desdobrar num vigoroso processo de diversificação urbano-industrial. Mais que isso, a forma como este movimento se deu (colocando o município de Juiz de Fora como o principal **eixo de entroncamento do sistema viário** e sua transformação em **capital regional da Zona da Mata**), acabou por permitir que boa parte do processo geral de indução a investimentos em setores e atividades relacionadas ao núcleo agroexportador fosse **internalizada no espaço definido pela região**.⁵

Desta forma, o grande capital cafeeiro foi decisivo para integração ferroviária da região, diminuindo significativamente o custo de transação implícito nas trocas comerciais de natureza exportadora. A interiorização deste moderno sistema de transporte, a partir de 1876, permitiu maior agilidade e segurança no traslado do produto primário para o porto do Rio de Janeiro, porta de saída do café mineiro para o mundo.

A grande aplicação de recursos financeiros, ligados à economia cafeeira, na expansão da ferroviária de Minas Gerais permitiu elevados índices de crescimento. Podendo ser comparado, tanto em média da progressão anual quanto em estradas em trânsito, aos de São Paulo (TABELA 1). Havia na época, ocasionalmente, relações acerca da concentração das ferrovias na Zona da Mata por parte dos representantes políticos da região do Centro ou do Sul de Minas.

4 A cidade de Juiz de Fora a partir do ano 1876 estava integrada a Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Estrada de Ferro Central do Brasil.

5 PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. p. 72.

ESTADOS	ESTRADAS DE FERRO EM TRÂNSITO	DATA DO INÍCIO DAS CONSTRUÇÕES	MÉDIA DA PROGRESSÃO ANUAL
Rio Janeiro	2.422.185	1854	43,2
São Paulo	4.724.000	1867	109,8
Minas Gerais	4.496.795	1869	109,6
Bahia	1.391.574	1860	28,5
Rio Grande do Sul	1.962.408	1882	70,0

TABELA 01 - Crescimento das Vias Férreas Mineiras Comparado ao de Outros Estados da União

FONTE: JACOB, R. Minas Gerais no XXo Século. p. 442. apud Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930). Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.p. 100. Tabela 28.

Na Zona da Mata mineira, assim como em outras regiões do sudeste do país, o investimento de capital privado foi responsável pela construção das estradas de ferro, “*mas o governo provincial estimulou o crescimento garantido aos investidores um retorno de 7% no seu capital ou subsídios a companhias baseados em quilometragem*”⁶. Decorrente da atmosfera especulativa do final do século XIX, os investimentos financeiros em ferrovias e títulos públicos eram considerados como os mais seguros para a época⁷.

Resta, de tudo isso, a impressão de que o capital mercantil, com centro no Rio de Janeiro, o investimento em ferrovia aparecia apenas como uma nova aplicação financeira da qual se esperavam lucros imediatos e compensadores. Diante da não ocorrência dessa esperança, parece ter sido aceita sem maior oposição a troca compulsória das ações da empresa por apólices do Governo de 6% de juros ao ano e com os valores ao par para cada título. O discurso de C.B Ottoni, na assembléia-geral de encerramento da Companhia Estrada de Ferro de D. Pedro II.⁸

Nas origens da formação desta “sociedade urbana” podemos observar a necessidade de aceleração das relações de troca de mercadorias, ou seja, bens e serviços, que por sua vez estavam cada vez mais submetidas às relações modernas de mercado. Mas pode-se perguntar: o que constitui um mercado? “Definiremos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, formal ou informal. Um mercado pode alocar recursos baseado

6 BLASENHEIM, Peter. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. LOCUS: revista de História. Juiz de Fora, v. 2. n° 2. 1996. p. 83.

7 SOBEL, Robert. *Wall Street: a História da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967. p.p. 145-168.

8 SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. Op. Cit. p. 37.

em preço, informação ou em uma combinação de ambos”⁹. Sem perder de vista que os “(...) mercados são instituições que existem para facilitar a troca, ou seja, eles existem de maneira a reduzir os custos de transação implícitos em qualquer operação de troca”¹⁰.

O mercado também pode ser entendido como um lugar físico onde as pessoas se encontram para desenvolver suas relações de troca e em que não existe necessariamente o mecanismo de oferta e demanda como fatores responsáveis pela regulação do preço. Logo, a troca é realizada num duplo movimento, permitindo que os interesses na troca sejam os principais responsáveis pela aceitação ou não a opção oferecida¹¹.

Não obstante o mercado financeiro também pode ser compreendido segundo os conceitos propostos pela antropologia econômica, tendo Karl Polanyi e Walter Neale como principais referências teóricas. Estes autores consideram que nenhuma instituição social responde perfeitamente ao modelo ideal, logo a compreensão de mercado regulado apenas por leis próprias (oferta e demanda) torna-se um axioma sem validade¹².

Neste sentido, acreditar que as relações de troca seguem fundamentalmente as leis de oferta e demanda, conduziria a uma abordagem estritamente econômica, pela qual os mercados (principalmente o de capitais) só existem em economias capitalistas em que há mercados formais. De outro modo, se trata de uma visão reducionista que despreza toda a subjetividade humana implícita nas relações pessoais que levam à manifestação objetiva do fato econômico¹³.

O geógrafo brasileiro Milton Santos afirma que a economia espacial permanece freqüentemente muda, a propósito das questões atinentes ao desenvolvimento das tecnologias relacionadas às comunicações à distância, estejam elas referentes ao transporte de pessoas e mercadorias ou à circulação de informações. A maneira como a sociedade explora a natureza define as transformações na forma da produção econômica, reorientando a organização do território¹⁴.

A modernidade financeira que começa a se consolidar em Juiz de Fora, a

9 HOFFMAM; POSTEL-VINAY; ROSENTHAL apud PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Op. Cit. p. 23.

10 COASE, R.H. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press 1988. p. 07.

11 NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la historia*. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976. pp. 414 – 420.

12 POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. pp. 62-63.

13 “E é da soma, conjugação e composição de tais ações individuais que resultam os “fatos”. Não é possível por isso isolar a esfera objetiva da subjetiva. Qualquer indivíduo, pela simples circunstância de constituir um ser pensante, estará agindo e contribuindo assim para o fato econômico de que participa, com seu pensamento.” PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 19.

14 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 32.

partir de meados de século XIX, traz consigo um enorme poder de transformação da paisagem, rural e urbana, levando a significativas mudanças físicas do território, fundamentais não só à formação do espaço econômico, mas também à sua organização socioeconômica segundo as características de uma produção agroexportadora. Como observou Sônia Miranda:

O final do século XIX correspondeu, a nível mundial, a um momento de redefinição da divisão internacional do trabalho, com a emergência de novos centros hegemônicos, e a nível de América Latina, a um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local, no qual redefiniram-se relações político-econômicas tanto a nível externo como a nível interno. Isso significa dizer, entre outras coisas que, se por um lado o Brasil participou da economia mundial através da exportação de produtos primários e importação de capitais e produtos industrializados, por outro lado iniciava-se internamente um aprofundamento de atividades ligadas ao mercado interno pré-existente e portanto não restritas à agro-exportação. Tal situação possui implicações diretas na dinamização das **economias urbanas** e portanto na redefinição das funções e aparência das cidades.¹⁵

Existe um longo debate historiográfico acerca da natureza da economia de Minas Gerais, em que um considerável número de autores afirma que a produção agrícola da Província foi desenvolvida, quase que exclusivamente, com a finalidade de atender às demandas geradas pelo mercado de abastecimento interno. Entretanto, este argumento desconsidera que a natureza da economia da Zona da Mata mineira, cuja produção era voltada para exportação, submetendo-se, às flutuações do mercado mundial capitalista.

Dada à importância dos estudos que refletem a economia regional através da formação do mercado víveres na Zona da Mata. O presente trabalho não atribui a esta atividade econômica interna a responsabilidade pela consolidação regional das práticas mercantis próprias de um sistema capitalista internacional. Além disso, anteriormente a 1850, torna-se difícil afirmar que houve uma política econômica racional para o desenvolvimento contínuo da região, se é que isso ocorreu em algum momento da história, pois qualquer estratégia organizada em prol de uma política urbana esbarrava na ausência de artifícios legais e na falta de uma autonomia político-administrativa para a tomada de decisões estruturais.

A partir da década 1850, com a criação do Código Comercial, houve uma maior formalização das relações creditícias que passaram a ser reguladas legalmente, conduzindo a uma crescente formalização do sistema financeiro¹⁶. A modernização das relações capitalistas que se dá principalmente no espaço urbano conduz à proliferação de grupos de investidores, que faziam das aplicações financeiras uma maneira de acumular riqueza e obter renda (liquidez) a partir dos rendimentos gerados

15 MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. p.p. 109-110.

16 LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. pp. 51-53.

pelos juros, desta forma acabavam dando uma dinâmica própria à economia¹⁷.

O geógrafo David Harvey chama a atenção para as dimensões espaciais referentes à teoria da acumulação, que de certa maneira se aproxima das análises realizadas por Karl Marx nas suas mais diversas obras¹⁸. Harvey tem como objeto central analisar a produção capitalista do espaço, que por sua vez é dependente da acumulação de capitais para a efetivação das transformações do meio, gerando significativas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

De fato, a lógica do caso é quase o oposto do que subentende a doutrina clássica. O ensino ortodoxo da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão de trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior, incluindo até mesmo o comércio de longa distância. À luz do nosso conhecimento atual, poderíamos quase que reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da “divisão do trabalho” dada pela localização.¹⁹

Neste sentido, pode-se perceber o desenvolvimento comercial, tanto local quanto à longa distância. No caso da Zona da Mata, as estruturas produtivas de subsistência são fundamentais à reprodução de uma economia voltada a atender as demandas do mercado externo. Numa percepção clássica da história econômica, no século XIX houve uma acentuação da divisão mundial do trabalho, em que os países tidos como periféricos assumiram o papel de produtores primários, enquanto os países centrais já desenvolviam outras formas mais modernas de organização da produção.

A produção brasileira de café, com significativa participação de Minas, foi responsável pela popularização do consumo deste gênero alimentício, que até o primeiro quarto do século XIX apresentava acesso restrito apenas às classes mais abastadas, configurando-se como um artigo de luxo.

A boa adaptação da planta na região sudeste do país permitiu o desenvolvimento de uma produção em larga escala, que era exportada para diversos países através de uma eficiente infraestrutura de transporte. Não obstante, o café é visto por alguns autores como a bebida do século XIX, que devido à sua característica estimulante, foi amplamente utilizado pelos trabalhadores fabris contemporâneos ao processo de industrialização da Europa e América do Norte.

17 COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e Capitalismo*. 1997. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1997. p. 8.

18 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 43.

19 POLANY, Karl. *A grande transformação*. Op. Cit. p. 79.

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

TABELA 02 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras

(1.000 sacas)

FONTE: (SP, RJ E MG) TAUNAY, A. de E. e FRAGA, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (E.S.) ROCHA E COSSETTI. Apud CANO, W. Padrões... Op. cit. p.293. Tabela 1. apud PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. Cit. p. 90 Tabela 24.

A produção cafeeira de Minas Gerais estava quase que na sua totalidade concentrada na Zona da Mata, logo a região passa a ser especialmente importante para as finanças do Estado. De modo que uma significativa parcela da arrecadação do Estado mineiro era realizada através do pagamento de impostos pelos produtores sobre o café exportado.

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

TABELA 04 - Participação da Produção Cafeeira da zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais

(períodos selecionados)

FONTES: 1. para 1847/48, 1850/51 E 1903/04 - GIROLETTI, D. *A Industrialização em Juiz de Fora*. p. 152 e 156.

Historicamente, a produção cafeeira com características agroexportadora teve

início no Vale do Paraíba fluminense, mas devido ao processo natural de desgaste do solo causado pelo cultivo da rubiácea e a crescente demanda internacional pelo produto. O café começa um gradual movimento de interiorização, avançando suas fronteiras agrícolas em direção a Minas Gerais e São Paulo, seguindo o curso do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes²⁰.

O sul da Zona da Mata é uma região de fronteira pela qual o café foi introduzido tardiamente em Minas Gerais se comparado a produção cafeeira fluminense. Logo, a região sofre forte influência do Rio de Janeiro, devido principalmente a dependência do porto para o escoamento da sua produção agrícola. Entretanto ao observar a história da modernização capitalista de Juiz de Fora a dependência da infraestrutura portuária do Rio de Janeiro é notória, porém ela não impede desenvolvimento urbano-industrial da cidade.

Visto que as regiões mineiras sofrem muito influência das Províncias vizinhas – Sul e Triângulo com São Paulo, o norte com a Bahia e a Zona da Mata com o Rio de Janeiro – do que com a unidade política e administrativa da qual fazem parte. Isso gera uma esterilização dos capitais produzidos endogenamente e que teoricamente deveriam ser invertidos no desenvolvimento de Minas Gerais. Sendo assim, torna-se notório um processo de crescimento desarticulado e descontínuo do Estado mineiro²¹.

O crescimento econômico experimentado pela Zona da Mata está relacionado diretamente com a produção cafeeira, como já foi demonstrado, este processo conduziu não somente outra lógica de utilização do solo, a partir de uma produção agrícola extensiva, como também foi capaz de criar um circuito financeiro local responsável pela inversão econômica, principalmente através do desenvolvimento da infraestrutura que em certa medida evitava a esterilização dos recursos financeiros para regiões de influência.

No entanto, percebe-se que muitos outros elementos do processo de consolidação capitalista local não foram considerados, dentre eles se destacam os aspectos financeiros, principalmente aqueles a cargo da prefeitura de Juiz de Fora, uma vez que os realizados por empresas particulares (como a Companhia Mineira de Eletricidade) já possuem alguma referência na historiografia²².

A consolidação desta sociedade urbana reorienta espacialmente a dinâmica das relações econômicas, tanto na acumulação de capitais como na inversão dos mesmos em investimentos financeiros, principalmente no que tange o desenvolvimento do setor industrial e de serviços públicos. Desta forma, ocorreram significativas mudanças de ordem econômica, política, social e cultural, que conduziram esta sociedade

20 MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 25-30.

21 WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 41.

22 OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. Op. Cit.

a superação das estruturas tidas tradicionais – no nosso caso de base agrária – criando novas formas de produção, novos padrões de consumo e comportamento.

Os recursos acumulados pelas poupanças locais possibilitaram a diversificação de investimentos na região, destacando-se aqueles que representam a transferência de recursos financeiros entre os setores “tradicionais” (agrícolas) e aqueles “modernos” (urbano-industriais), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo.

A intensificação das atividades urbano-industriais torna atrativa a migração da mão-de-obra do campo para a cidade, decorrente das inúmeras oportunidades oferecidas, em que pese à diversificação das atividades produtivas e o surgimento de novas camadas sociais. Logo, o capital ocioso representado através das poupanças se transforma em recurso financeiro, aplicado em algumas ocasiões no pagamento de salários, produzindo à liquidez monetária necessária a reprodução social do capitalismo.

O súbito crescimento demográfico resultando destes movimentos migratórios pressiona as autoridades locais a formularem políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura urbana. Visando principalmente a prestação de serviços referentes ao abastecimento de água e ao saneamento da cidade, que eram pouco rentável a curto e médio prazo devido o alto custo de implantação.

Não obstante, o poder público local mediante a necessidade de prestação deste serviço propõe no ano de 1893, um grandioso projeto de saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora, conhecido como *Plano Howyan*, que previa a execução de inúmeras obras de infraestrutura urbana. Dentre as obras se destacam: a construção de reservatórios de água de para o abastecimento da cidade, ampliação da rede de esgoto doméstico e pluvial, drenagem de áreas alagadas e a retificação dos principais rios que cortam a área urbana do município, tendo por finalidade evitar a ocorrência das constantes enchentes que assolavam a cidade²³.

Neste sentido a Câmara Municipal de Juiz de Fora se mobilizou politicamente para criar condições financeiras para execução das obras melhorias urbanas, a forma de captação de recursos encontrada pelos Vereadores da cidade foi a realização de uma subscrição de títulos da dívida pública municipal, aprovada através da resolução municipal de 13 de outubro de 1892.

Desta maneira, a Câmara de Vereadores arrecadou recursos financeiros de forma extraordinária, fazendo uso do mercado de capitais local e que de alguma forma seguiu a tendência de algumas empresas privadas que lançavam títulos financeiros no mercado, promovendo novas oportunidades de investimento.

As discussões historiográficas mais recentes sobre Juiz de Fora têm dado especial atenção às distintas interpretações acerca das experiências que envolvem o processo de formação da modernização regional nos seus mais amplos aspectos.

23 HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

Este processo também é entendido por um grupo de historiadores, como o período de consolidação das instituições capitalistas regionais responsáveis por regular a “tardia” sociedade de mercado.

Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventuras, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo que sabemos, tudo que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade, ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição de ambigüidade e angustia.²⁴

Neste sentido foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando temas como a industrialização, urbanização, modernização financeira pelas instituições bancárias, transição de mão-de-obra, higienismo, desenvolvimento do setor de serviços privados, entre outros²⁵

Os estudos sobre a modernização da cidade e região a partir da análise das atividades financeiras, em especial aquelas destinadas aos projetos de expansão da infraestrutura e serviços públicos urbanos, tentam de certa forma contribuir para a elucidação deste tema ainda pouco estudado no país, limitando-se praticamente às suas principais capitais, mas ainda muito pouco conhecido em centros urbanos de referência regional no interior.

Mantidas as condições da produção cafeeira na região, é mister perceber que em municípios como Juiz de Fora (capital regional da Zona da Mata no período) se formou um grupo social de investidores, composto por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, entre outros agentes, que realizavam aplicações no mercado financeiro local e foram responsáveis (de forma indireta) pelo financiamento do desenvolvimento dos serviços públicos e obras de infra-estrutura tão importantes que implicaram no surgimento de energia elétrica, telefonia, transportes urbanos, ferrovias, etc.

Este trabalho procura, portanto, contribuir para ampliar os estudos sobre os títulos da dívida pública, principalmente os municipais, ainda muito pouco estudados

24 BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 15.

25 GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. CHRISTO, Maraliz de Castro. *A “europa dos pobres”*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001. BARROSO, Elaine. *Modernização e Higienismo*. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. BARROS, Cleyton. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. CROCE, Marcus. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. GOODWIN Jr., James William. *A “Princesa de Minas”*. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

por pesquisadores brasileiros. Esta escassez de referências bibliográficas também se estende a análise historiográfica dos títulos públicos estaduais e federais, que apresentam maior importância financeira em razão de sua liquidez e negociação regular nas Bolsas de Valores.

Ainda assim, predomina nestes trabalhos a visão de que os investimentos em títulos públicos constituem meros mecanismos financeiros responsáveis pela transferência e esterilização dos recursos gerados em uma região, privando-a de investimentos mais significativos e de maiores condições para o desenvolvimento econômico.

Contraopondo a uma visão excessivamente centralizadora, a presente pesquisa, ao estudar os lançamentos de títulos públicos municipais, busca valorizar os aspectos regionais e locais da história financeira do país demonstrando a existência de um circuito financeiro local responsável não só pelo conhecido processo de industrialização do município, como também de toda dinâmica de urbanização que o secundou.

Desta forma, um dos aspectos que tem sido ressaltado por esta bibliografia mais atual é a consolidação do mercado de capitais local, delineado a partir da retenção e reaplicação de recursos financeiros auferidos através da produção cafeeira regional. Dada a existência da oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico, o capital cafeeiro criou um circuito que possibilitou o financiamento agrário, comercial, industrial e da infraestrutura, fundamentais ao processo de modernização capitalista da cidade.

Aqui se encontra uma das principais questões presentes neste trabalho, a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização e modernização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento das obras de serviços públicos realizadas pelo poder executivo municipal utilizando o mercado de capitais local para levantar os recursos financeiros necessários.

Num país sem um sistema de finanças amplamente organizado, o mercado informal de crédito tornou-se um instrumento fundamental para o financiamento das lavouras de café, assim como para os setores urbanos da economia, tais como as indústrias e as melhorias dos serviços públicos urbanos. É nesta direção que caminha o presente trabalho de pesquisa.

No ano de 1861, Juiz de Fora se configurava como a terceira maior arrecadação do Estado de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417\$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora²⁶.

Dada a limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, a arrecadação ordinária obtida através das taxações sobre

26 OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 93.

imóveis e impostos como o de indústria e profissões se mostrava insuficiente para a realização de obras públicas demandadas pela dinamização urbana das cidades.

Neste sentido, os lançamentos de títulos da dívida municipal se mostraram um importante mecanismo de arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de serem aplicados em obras urbanas específicas.

As operações financeiras devem ser analisadas a partir desta época, tendo em vista os agentes da reprodução do produto social e não apenas os agentes da circulação de mercadoria. Há um fluxo constante do capital produtivo reconvertido em capital financeiro, num contínuo processo de financiamento da reprodução do sistema. O capital financeiro passa a constituir uma parcela do capital total, funcionando de maneira autônoma e assegurando o financiamento das operações econômicas. As disponibilidades monetárias não são mais vendidas ou alugadas como mercadoria e escapam às determinações de equivalência para vincularem-se à produção social, da qual participam através da determinação da taxa de juros. As unidades poupadoras transferem recursos às unidades investidoras através dos intermediários financeiros. Essas relações se estabelecem por meio de obrigações diretas ou indiretas, com as unidades deficitárias colocando seus títulos junto aos intermediários financeiros. Esses, por sua vez, lhe transferem os fundos obtidos, através da venda de suas próprias obrigações às unidades superavitárias.²⁷

Grandes capitais, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores²⁸. Torna-se necessário dizer que alguns investidores chegaram a negociar títulos públicos de Juiz de Fora na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Portanto, se tratando de municípios de menor porte as subscrições de títulos municipais são entendidas como uma forma complementação ou adiantamento de sua dotação orçamentária.

A prefeitura de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida municipal em algumas oportunidades. Além do referido lançamento de títulos públicos em 1892, foram detectadas subscrições (novas ou de consolidação de antigos empréstimos) nos anos de 1870, 1885, 1887 e 1896 quase todos referentes à construção de obras públicas com a finalidade de promover os melhoramentos públicos e com características típicas que envolvem os títulos de dívida pública: longo prazo, negociabilidade e juros fixos, para o que nos interessa de mais imediato.

O investimento capitalista em títulos financeiros dos mais variados tipos é uma prática econômica moderna, embora os títulos públicos sejam especialmente vistos como “tradicionais”, dada a sua natureza de remuneração fixa e baixo risco. Não obstante os títulos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, se configurem em uma opção mais segura para a diversificação de investimentos e composição de *portfólios*.

Considerando os dados levantados, os títulos públicos de Juiz de Fora estão

27 LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. p. 4.

28 Idib. p. 73.

presentes de forma relativamente regular no patrimônio de fazendeiros de café (entre outros) na devida proporção, conjuntamente com outros ativos financeiros, quase todos indicando a presença de um mercado financeiro local e a transferência intersetorial de recursos²⁹.

CONCLUSÕES

A historiografia internacional tem dado maior atenção aos estudos relacionados à institucionalização e formalização das relações econômicas através no mercado financeiro, entendida por muitos autores como parte da modernização capitalista. Sendo possível encontrar trabalhos que tratam quase exclusivamente das dinâmicas econômicas assumidas pelas subscrições de títulos públicos, dada importância deste tipo de arrecadação para o desenvolvimento das finanças públicas, especialmente no que se refere à captação de recursos em momentos de guerra, a instituição de um mercado financeiro internacional e o desenvolvimento econômico regional a partir da consolidação do moderno mercado de capitais. Estes tipos de estudos quase inexistem na historiografia brasileira.

No que tange as colaborações deste trabalho para o entendimento histórico da Zona da Mata, em especial de Juiz de Fora, pode se dizer que o desenvolvimento regional é consequência da organização de um complexo cafeeiro, onde o mercado financeiro pode ser visto como instituição responsável por cumprir um importante papel, bem como promover à diversificação dos mais distintos setores da economia local/regional.

REFERÊNCIAS

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLASENHEIM, Peter. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. LOCUS: revista de História. Juiz de Fora, v. 2. n° 2. 1996. pp. 81-110.

COASE, R.H. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press 1988.

COUTINHO, Carlos Sidnei. *Rentismo e Capitalismo*. 1997. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1997.

CUNHA, Alexandre; SIMÕES, Rodrigo; PAULA, João. *Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

29 PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Op. Cit. pp. 358-361.

HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

LEVEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVY, Maria Bárbara. *A industrialização do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MARQUESE, Rafael; TOMICH; Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.

NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la historia*. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.

_____. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SAES, Flávio. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SOBEL, Robert. *Wall Street: a História da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

